Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais do
Período de Três Meses Findo em
31 de Março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.
Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2025

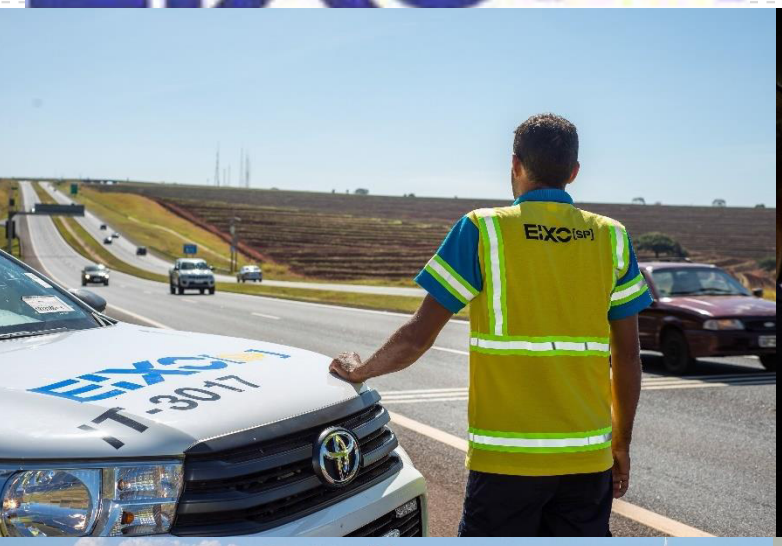
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

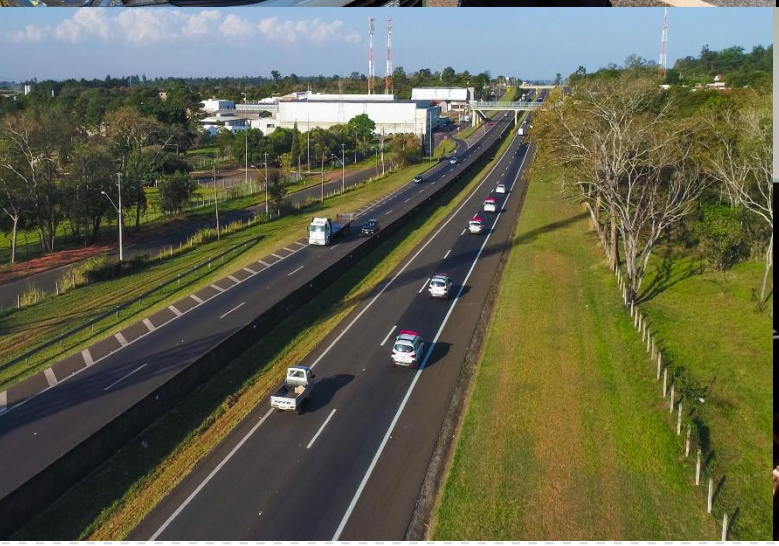
Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

2025SP040561

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

EIXO [SP]





Relatório da Administração 1T25

São Carlos, 14 de maio de 2025.

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no primeiro trimestre de 2025.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

CONTEXTO OPERACIONAL RELACIONADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E CORONAVÍRUS

Compensação financeira

Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de março de 2025, a Companhia já havia consumido o montante de R$245.871 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R$2.163.

Reequilíbrio Cautelar

A Companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 03 de junho de 2024 a importância de R$ 164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

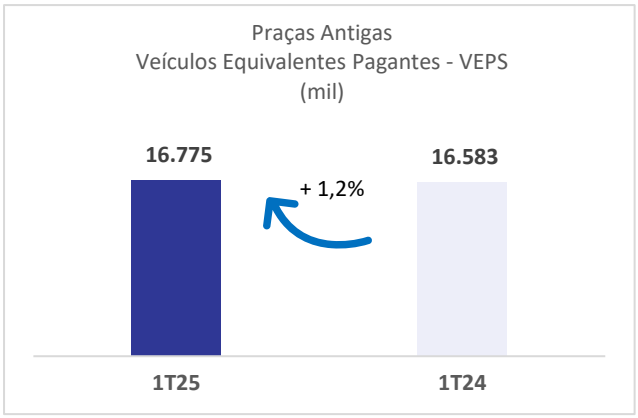
Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	1T25		1T24		▲	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs[1]	**16.775**	**13.614**	**16.583**	**13.677**	**1%**	**0%**
Veículos Leves	5.785	6.906	5.759	6.884	0%	0%
Veículos Pesados	10.990	6.708	10.824	6.793	2%	-1%
Tráfego[2]	**8.391**	**8.889**	**8.362**	**8.932**	**0%**	**0%**
Veículos Leves	5.839	7.048	5.842	7.054	0%	0%
Veículos Pesados	2.481	1.705	2.454	1.753	1%	-3%
Veículos Isentos	71	136	66	125	8%	9%
Tarifa Média (R$)	9,03	7,73	8,70	7,44	4%	4%

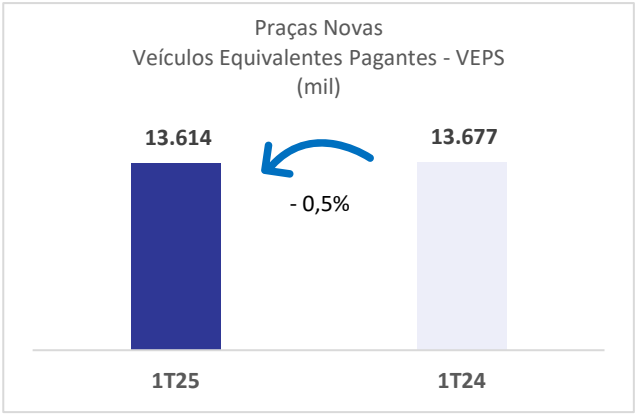
Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Mar/25 sobre Jan-Mar/24): Brasil	1,9%	2,3%	2,1%

[1] Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

[2] Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em http://www.abcr.org.br

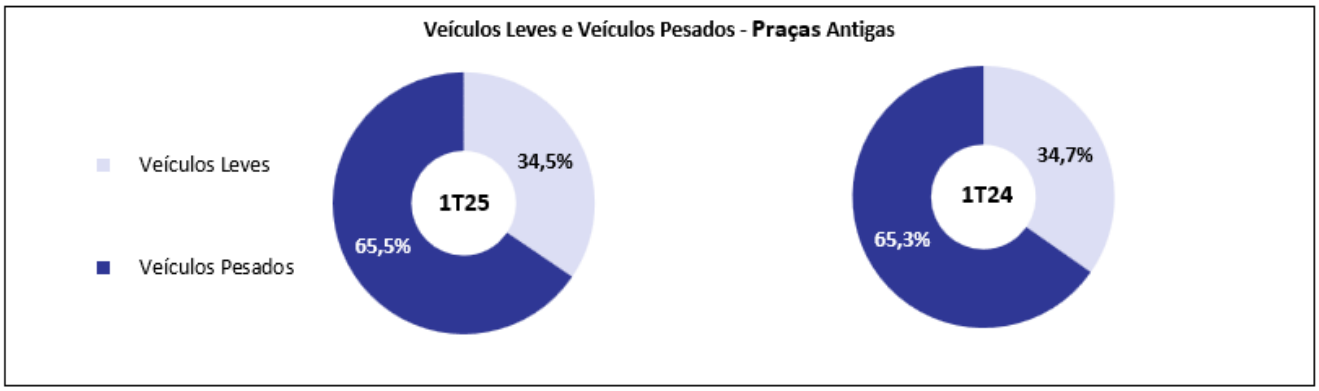
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 2,1% no fluxo total de veículos no primeiro trimestre de 2025, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 1,9% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.

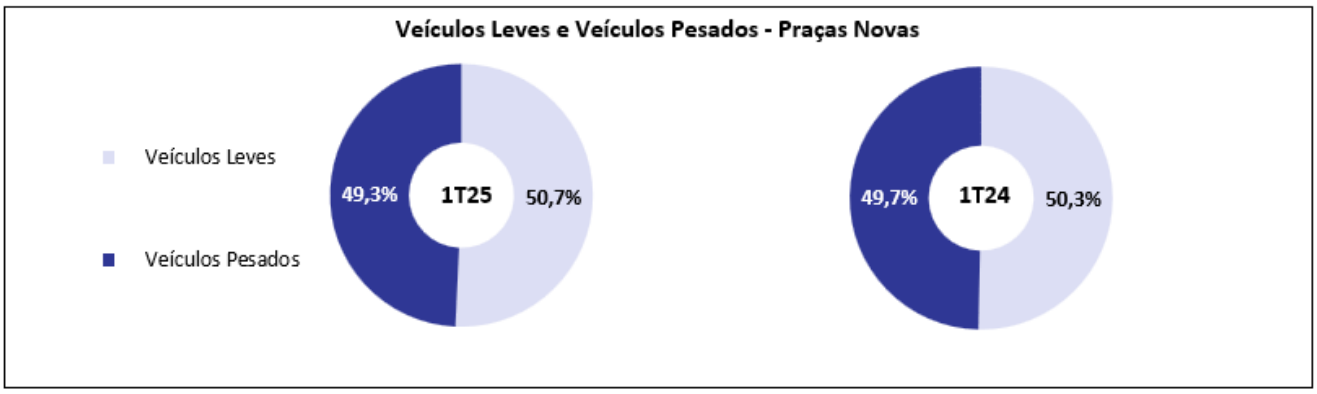




No primeiro trimestre de 2025, as praças de pedágio da EIXO registraram 30,4 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 0,4% na comparação com o mesmo período de 2024.

A performance de veículos pesados no primeiro trimestre de 2025, se manteve a cerca de 58,2% do tráfego total[1] (58,2% do tráfego em 2024) e apresentaram um aumento de 0,5% no período comparativo. Em veículos leves houve um aumento de 0,4% no mesmo período comparado a 2024.





Os quadros acima referidos não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

[1] Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R$ Mil)	1T25	1T24	▲
Receita Bruta	**342.713**	**334.188**	**3%**
Receita com Pedágio	255.385	247.676	3%
Receitas Acessórias	1.007	1.282	-21%
Receita de Construção (IFRS)	86.321	85.230	1%
Receita Bruta Ajustada[1]	**256.392**	**248.958**	**3%**
Deduções da Receita Bruta	(22.362)	(21.416)	4%
Receita Líquida Ajustada[1]	**234.030**	**227.542**	**3%**

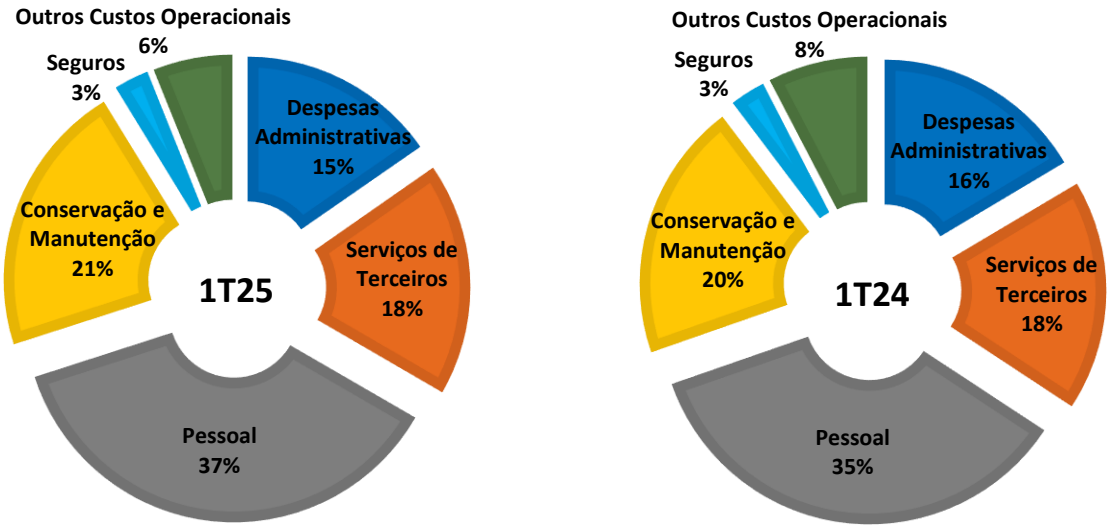
[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R$ Mil)	1T25	1T24	▲
Pessoal	(24.395)	(23.168)	5%
Conservação e Manutenção	(14.103)	(16.203)	-13%
Serviços de Terceiros	(11.966)	(10.884)	10%
Seguros	(1.784)	(1.779)	0%
Outros Custos Operacionais	(4.030)	(4.960)	-19%
Despesas Administrativas	(10.199)	(10.969)	-7%
Custos e Despesas Administráveis	**(66.477)**	**(67.963)**	**-2%**
Ônus de Fiscalização e Variável	(21.970)	(21.174)	4%
Depreciação e Amortização	(49.592)	(47.598)	4%
Provisão para Contingências	1.287	(2.581)	-150%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(136.752)**	**(139.316)**	**-2%**
Custo de Construção (IFRS)	(86.321)	(85.230)	1%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(23.071)	(44.535)	-48%
Custos e Despesas Operacionais	**(246.144)**	**(269.081)**	**-9%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis



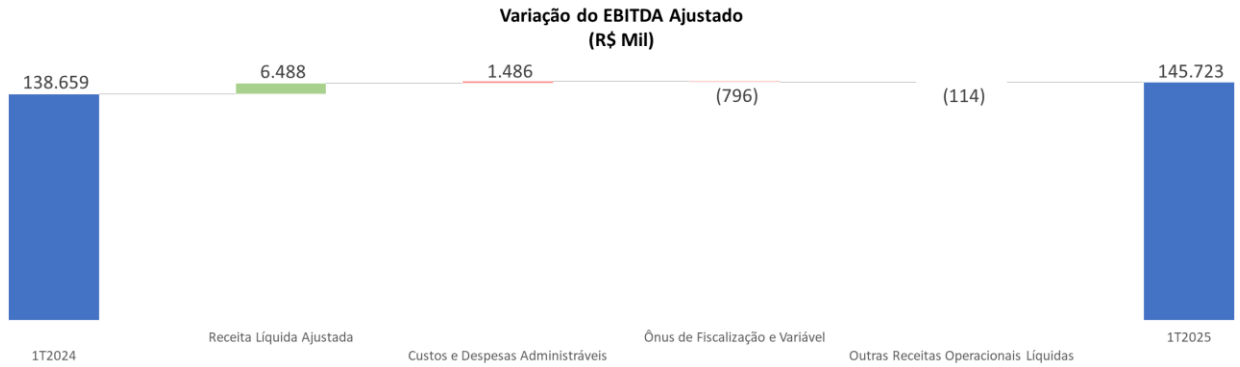
Os Custos e Despesas Administráveis estão abaixo do *budget* da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R$ Mil)	1T25	1T24	▲
Lucro Líquido	**7.692**	**(7.321)**	**-205,1%**
Resultado Financeiro Líquido	57.741	53.341	8,2%
IRPJ & CSLL	8.914	(2.075)	-529,6%
Depreciação & Amortização	49.592	47.598	4,2%
EBITDA RCVM 156/22	**123.939**	**91.543**	**35,4%**
Margem EBITDA	**38,69%**	**29,30%**	**9,4 p.p.**
Receita de Construção	86.321)	(85.230)	**1,3%**
Custo de Construção	86.321	85.230	**1,3%**
Provisão de Manutenção	23.071	44.535	-48,2%
Provisão para Contingências	(1.287)	2.581	-149,8%
EBITDA Ajustado[1]	**145.723**	**138.659**	**5,1%**
Margem EBITDA Ajustado[1]	**62,3%**	**60,9%**	**1,3 p.p.**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R$ 145,7 milhões no primeiro trimestre de 2025, um aumento de 5,1% em relação ao mesmo período de 2024, a Margem EBITDA Ajustada diminuiu 1,3 pontos percentuais (“p.p.”). O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.



RESULTADO FINANCEIRO

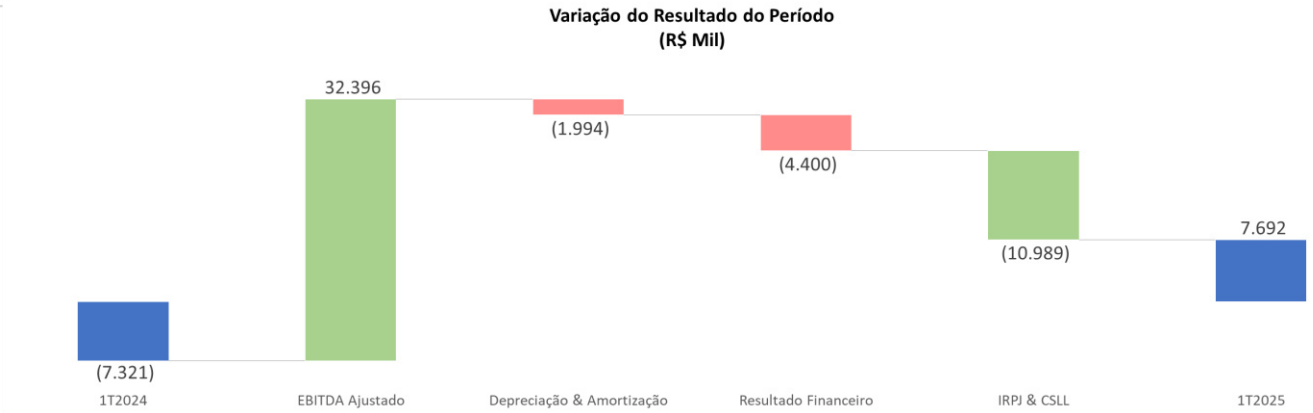
Resultado Financeiro (R$ Mil)	1T25	1T24	▲
Resultado Financeiro	**(57.741)**	**(53.341)**	**8,2%**
Receitas Financeiras	**12.729**	**15.221**	**-16,4%**
Provisão para manutenção - AVP	6	241	-97,6%
Receita de aplicações financeiras	12.493	14.897	-16,1%
Outros	230	83	176,8%
Despesas Financeiras	**(70.470)**	**(68.562)**	**2,8%**
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(60.372)	(55.873)	8,1%
Provisão para manutenção - AVP	(3.897)	(5.324)	-26,8%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(295)	(295)	0,1%
Despesas bancárias	(5.006)	(5.199)	-3,7%
Outros	(900)	(1.871)	-51,9%

Inflação e Juros	1T25	1T24	▲
IPCA Últimos 12 Meses	5,65%	3,93%	1,7 p.p
CDI Final do Período	14,15%	10,65%	3,5 p.p
TJLP Média Últimos 12 meses	7,25%	6,84%	0,4 p.p

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas
http://estatisticas.cetip.com.br
https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R$ Mil)	1T25	1T24	▲
Lucro (Prejuízo) do Período	7.692	(7.321)	-205%



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R$ Mil) [1]	1T25	1T24	▲
Dívida Bruta	**2.280.221**	**2.150.390**	6%
Curto Prazo	**55.635**	**7.930**	**602%**
Empréstimos e Financiamentos	37.366	2.191	1605%
Debêntures	18.269	5.739	218%
Longo Prazo	**2.224.586**	**2.142.460**	**4%**
Empréstimos e Financiamentos	1.081.863	1.073.519	1%
Debêntures	1.142.723	1.068.941	7%
Disponibilidades	**374.747**	**525.939**	**-29%**
Caixa e Equivalente de Caixa	315.893	473.089	-33%
Aplicações Financeiras Vinculadas	58.854	52.850	11%
Dívida Líquida Ajustada	**1.905.474**	**1.624.451**	**17%**

[1] A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA e as Aplicações Financeiras Vinculadas são destinadas exclusivamente para a amortização deste financiamento.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R$ Mil)	1T25	1T24	▲
Investimento Total	**3.521.205**	**3.120.935**	**13%**
Imobilizado	79.220	76.436	4%
Intangível	**3.441.985**	**3.044.499**	**13%**
Direito de Concessão (Investimento)	3.419.521	3.025.969	13%
Direito de Uso	22.464	18.530	21%

Os investimentos realizados no primeiro trimestre de 2025 estão representados principalmente pela implantação de duplicação de pistas e terceiras faixas, bem como melhorias que visam reestabelecer as condições estruturais da rodovia como sinalização, drenagem e terraplenos, além de edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, conservação de obra de arte especial e recapeamento, PGF's, parada de ônibus, equipamentos de monitoração de tráfego, equipamentos de tecnologia, entre outros.

ACOMPANHAMENTO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R$1.300.000.
- Subcrédito "C": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R$1.100.000.
- Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R$600.000.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion do subcrédito) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico- financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B)

A Companhia demonstra abaixo a evolução dos indicadores do contrato de financiamento, cuja próxima mensuração se dará até dezembro de 2025:

Data Apuração	31/03/2025		31/12/2024	
EBITDA E Margem EBITDA (R$ Mil)	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado
Lucro Líquido	56.474	217.624	41.460	209.931
Resultado Financeiro Líquido	218.725	760.376	214.327	702.636
IRPJ & CSLL	31.275	117.462	20.287	108.549
Depreciação & Amortização	185.528	675.776	183.553	626.202
EBITDA ICVM 527	**492.002**	**1.771.238**	**459.627**	**1.647.318**
Receita de Construção (IFRS)	(423.578)	(2.516.529)	(422.487)	(2.430.208)
Custo de Construção (IFRS)	423.578	2.516.529	422.487	2.430.208
Apropriação Despesas Antecipadas	(166)	(3.068)	(290)	(4.347)
Demais Custos e Despesas sem Efeito Caixa [1]	6.608	20.776	(7.608)	23.836
Provisão de Manutenção (IFRS)	99.108	409.603	120.573	386.532
Provisão para Contingências	9.492	25.475	13.359	26.761
EBITDA Ajustado[2]	**607.044**	**2.224.024**	**585.661**	**2.080.100**
Ebitda ajustado (na data-base de 31/12/2020)	**479.962**	**1.895.727**	**468.117**	**1.784.336**
Capital Social Integralizado (na data-base de 31/12/2020)	**162.417**	**1.131.621**	**-**	**969.204**
Total	**642.379**	**3.027.348**	**468.117**	**2.753.540**

[1] Desconsidera os impactos da Folha de Pagamentos (provisão de férias, 13º salário, PLR, encargos) e provisão de fornecedores.

[2] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção, à Provisão para Manutenção, aos efeitos das despesas antecipadas e dos demais custos e despesas sem efeito caixa.

SOBRE A COMPANHIA

A EIXO

A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 – Parque Faber - São Carlos/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (WI-FI) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com veículos operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R$ Mil)	1T25	1T24	▲
Receita Bruta	**342.713**	**334.188**	**3%**
Receitas com Pedágio	255.385	247.676	3%
Receitas Acessórias	1.007	1.282	-21%
Receita de Construção (IFRS)	86.321	85.230	1%
Deduções da Receita	(22.362)	(21.416)	4%
Receita Líquida	**320.351**	**312.772**	**2%**
Custos & Despesas + Outras Receitas Operacionais Líquidas	**(246.004)**	**(268.827)**	**-8%**
Pessoal	(24.395)	(23.168)	5%
Conservação & Manutenção	(14.103)	(16.203)	-13%
Serviços de Terceiros	(11.966)	(10.884)	10%
Seguros	(1.784)	(1.779)	0%
Outros Custos Operacionais	(4.030)	(4.960)	-19%
Ônus de Fiscalização	(21.970)	(21.174)	4%
Despesas Administrativas	(10.199)	(10.969)	-7%
Provisão para Contingências	1.287	(2.581)	-150%
Custos de Construção (IFRS)	(86.321)	(85.230)	1%
Provisão para manutenção	(23.071)	(44.535)	-48%
Depreciação & Amortização	(49.592)	(47.598)	4%
Outras receitas operacionais líquidas	140	254	-45%
Resultado Operacional	**74.347**	**43.945**	**69%**
Resultado Financeiro	**(57.741)**	**(53.341)**	**8%**
Receitas Financeiras	**12.729**	**15.221**	**-16%**
Provisão para manutenção - AVP	6	241	-98%
Receita de aplicações financeiras	12.494	14.897	-16%
Outros	230	83	177%
Despesas Financeiras	**(70.470)**	**(68.562)**	**3%**
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(60.372)	(55.873)	8%
Provisão para manutenção - AVP	(3.897)	(5.324)	-27%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(295)	(295)	0%
Despesas bancárias	(5.006)	(5.199)	-4%
Outros	(900)	(1.871)	-52%
Resultado Antes dos Impostos	**16.606**	**(9.396)**	**-277%**
IRPJ & CSLL	**(8.914)**	**2.075**	**-530%**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	(176)	-100%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(8.914)	2.251	-496%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**7.692**	**(7.321)**	**-205%**

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R$ Mil)	31/03/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	315.893	413.015
Aplicações financeiras vinculadas	23.413	20.210
Contas a Receber	70.077	64.186
Estoques	5.519	5.261
Adiantamentos a Fornecedores	3.322	2.961
Despesas Antecipadas	3.068	4.347
Impostos a Recuperar	7.436	4.997
Outros Ativos	206	226
Partes relacionadas	405	1.006
Total do Circulante	**429.339**	**516.209**
Ativo Não Circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	35.441	25.922
Impostos Diferidos	53.101	62.014
Depósitos judiciais	25.068	24.706
Imobilizado	79.220	79.145
Intangível	3.419.521	3.301.926
Direito de Uso	22.464	14.588
Total do Não Circulante	**3.634.815**	**3.508.301**
Total do Ativo	**4.064.154**	**4.024.510**

Passivo (R$ Mil)	31/03/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		
Fornecedores	95.429	89.292
Empréstimos e financiamentos	36.557	33.705
Debêntures	17.897	12.372
Credor pela concessão	251.085	248.479
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	17.572	21.297
Impostos, taxas e contribuições	10.908	13.593
Adiantamento de clientes	2.038	2.418
Seguros e garantias	206	603
Passivo de arrendamento	6.813	5.856
Partes relacionadas	1.039	1.037
Provisão para manutenção	94.454	117.766
Outras contas a pagar	404	365
Total do Circulante	**534.002**	**546.783**
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.066.330	1.060.134
Debêntures	422.341	413.863
Debêntures - Partes Relacionadas	716.393	700.408
Passivo de arrendamento	16.801	9.366
Provisão para riscos processuais	26.100	30.462
Provisão para manutenção	94.307	83.706
Dividendos	1.994	1.994
Total do Não Circulante	**2.344.266**	**2.299.933**
Total do Passivo	**2.878.668**	**2.846.716**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	1.177.584	969.857
Reserva Legal	210	10.497
Reserva de Lucros	7.692	197.440
Total do Patrimônio Líquido	**1.185.486**	**1.177.794**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**4.064.154**	**4.024.510**

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2024: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho operacional que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras trimestrais, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Considerações Finais

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 80)

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, Artigo 27, da Instrução CVM nº 80/22, pelo presente instrumento, os diretores da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2025.

São Carlos, 14 de maio de 2025.

Assinatura Eletrônica
14/05/2025 22:10 UTC
BRy
217.***.***-27
Sergio Ray Santillán

Sergio Ray Santillan
Diretor Presidente

Assinatura Eletrônica
14/05/2025 22:15 UTC
BRy Gilson de Oliveira Carvalho
063.***.***-66
Gilson de Oliveira Carvalho

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo e Financeiro

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil)

ATIVO	Notas explicativas	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	315.893	413.015
Aplicações financeiras vinculadas	4	23.413	20.210
Contas a receber	5	70.077	64.186
Estoques	6	5.519	5.261
Adiantamento a fornecedores		3.322	2.961
Despesas Antecipadas		3.068	4.347
Impostos a recuperar		7.436	4.997
Outros ativos		206	226
Partes relacionadas	18	405	1.006
Total do ativo circulante		429.339	516.209
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	4	35.441	25.922
Impostos diferidos	7	53.101	62.014
Depósitos judiciais	8	25.068	24.706
Imobilizado	9	79.220	79.145
Intangível	10	3.419.521	3.301.926
Direito de uso	11	22.464	14.588
Total do ativo não circulante		3.634.815	3.508.301
TOTAL DO ATIVO		4.064.154	4.024.510

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	95.429	89.292
Empréstimos e financiamentos	13	36.557	33.705
Debêntures	14	17.897	12.372
Credor pela concessão	15	251.085	248.479
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16	17.572	21.297
Impostos, taxas e contribuições	17	10.908	13.593
Adiantamento de clientes		2.038	2.418
Seguros e garantias		206	603
Passivo de arrendamento	19	6.813	5.856
Partes relacionadas	18	1.039	1.037
Provisão para manutenção	20	94.454	117.766
Outras contas a pagar		404	365
Total do passivo circulante		534.402	546.783
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	1.066.330	1.060.134
Debêntures	14	422.341	413.863
Debêntures - partes relacionadas	14	716.393	700.408
Passivo de arrendamento	19	16.801	9.366
Provisão para riscos processuais	21	26.100	30.462
Provisão para manutenção	20	94.307	83.706
Dividendos	22.b)	1.994	1.994
Total do passivo não circulante		2.344.266	2.299.933
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	1.177.584	969.857
Reserva legal	22.c)	210	10.497
Reserva de lucros	22.d)	7.692	197.440
Total do patrimônio líquido		1.185.486	1.177.794
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.064.154	4.024.510

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Notas explicativas	01/01/2025 até 31/03/2025	01/01/2024 até 31/03/2024
RECEITA LÍQUIDA	23	320.351	312.772
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	(236.094)	(253.433)
LUCRO BRUTO		84.257	59.339
Despesa administrativas	24	(10.050)	(15.648)
Outras receitas operacionais, líquidas		140	254
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		74.347	43.945
Receitas financeiras	25	12.729	15.221
Despesas financeiras	25	(70.470)	(68.562)
		(57.741)	(53.341)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		16.606	(9.396)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	-	(176)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(8.914)	2.251
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		7.692	(7.321)
Lucro (Prejuízo) por ação - básico	26	0,007	(0,008)
Lucro (Prejuízo) por ação - diluído	26	0,006	(0,007)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil)

	01/01/2025 até 31/03/2025	01/01/2024 até 31/03/2024
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	7.692	(7.321)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	7.692	(7.321)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Capital social		Lucros	Reservas		
	Subscrito	A integralizar	acumulados	Legal	Lucros	Total
SALDO EM 31/12/2023	1.400.000	(430.143)	-	8.424	158.447	1.136.728
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro do período	-	-	(7.321)	-	-	(7.321)
Destinação do resultado do período	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatório (R$0,001 por ação)	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31/03/2024	1.400.000	(430.143)	(7.321)	8.424	158.447	1.129.407
SALDO EM 31/12/2024	1.400.000	(430.143)	-	10.497	197.440	1.177.794
Integralização de capital	-	207.727	-	(10.287)	(197.440)	-
Lucro do período	-	-	7.692	-	-	7.692
Destinação do resultado do período	-	-	(7.692)	-	7.692	-
Dividendos obrigatório (R$0,001 por ação)	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31/03/2025	1.400.000	(222.416)	-	210	7.692	1.185.486

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Notas explicativas	01/01/2025 até 31/03/2025	01/01/2024 até 31/03/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		7.692	(7.321)
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	24	49.592	47.598
Baixa do imobilizado e intangível		3	-
Juros incorridos sobre arrendamento	25	982	115
Impostos diferidos	7	8.914	(2.251)
Provisão para riscos	21	(4.362)	2.681
Provisão para manutenção	20	26.962	22.588
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	13	30.678	29.842
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	13	29.988	26.326
		150.449	119.578
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber	5	(5.891)	(735)
Estoques	6	(258)	431
Impostos a recuperar		(2.439)	(2.395)
Adiantamento a fornecedores		(361)	(209)
Despesas antecipadas		1.279	1.154
Outros ativos		(341)	(7.846)
Fornecedores		2.807	(30.012)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		(3.725)	995
Credor pela concessão		2.606	(36.934)
Impostos, taxas e contribuições		(1.004)	(1.283)
Contas com partes relacionadas		603	(991)
Outras contas a pagar		(738)	(496)
Consumo de provisão para manutenção		(39.673)	-
IRPJ e CSLL pagos no período		(1.681)	(15.379)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	13	(14.981)	(13.378)
Amortização de juros debêntures	14	-	-
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	(982)	(115)
		(64.779)	(107.193)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		85.670	12.385
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	9 e 30	(2.536)	(5.276)
Aquisições de intangível	10 e 30	(158.775)	(84.758)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(12.722)	(9.507)
Recursos provenientes da alienação de imobilizado e intangível	18	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(174.033)	(99.541)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(6.649)	-
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	19	(2.110)	(1.971)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) pelas atividades de financiamento		(8.759)	(1.971)
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(97.122)	(89.127)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		413.015	562.216
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		315.893	473.089
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(97.122)	(89.127)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Notas explicativas	01/01/2025 até 31/03/2025	01/01/2024 até 31/03/2024
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	23	256.392	248.958
Com construção	23	86.321	85.230
Outras receitas		140	254
		342.853	334.442
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e despesa operacionais	24	(122.575)	(148.881)
Serviços terceiros, seguros e outros	24	(22.310)	(22.800)
Poder concedente	24	(21.970)	(21.174)
Valor adicionado (consumido) bruto		175.998	141.587
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	24	(49.592)	(47.598)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		126.406	93.989
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	25	12.729	15.221
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		139.135	109.210
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Proventos		17.396	17.922
Benefícios		4.891	3.468
Encargos sociais e trabalhistas		5.762	5.850
Outros encargos		952	1.065
	24	29.001	28.305
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo/debênture	25	60.372	55.873
Despesas financeiras	25	10.098	12.689
Aluguéis	24	696	323
		71.166	68.885
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	-	176
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	8.914	(2.251)
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	23	12.907	12.329
Programa de Integração Social - PIS	23	1.684	1.618
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23	7.771	7.469
		31.276	19.341
Atribuído aos acionistas:			
Lucro (prejuízo) líquido do período		7.692	(7.321)
VALOR CONSUMIDO		139.135	109.210

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 - Parque Faber - São Carlos - SP.

A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group").

O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa no valor de R$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.

- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta.

- Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R$11,2 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido.

A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações financeiras intermediárias ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024”), publicadas no dia 13 de março de 2025 no jornal O Estado de São Paulo “Estadão” e disponibilizadas por meio do seguinte website: https:// ri.eixosp.com.br/default.aspx.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas informações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas normas e interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	01/01/2025
Orientação técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO_2e), Permissões de Emissão (“Allowance”) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO_2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras. O OCPC 10 abrange tanto a originação e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	01/01/2025
IFRS 18/CPC 3 (R2) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substituindo a IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas. Além disso, a IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações na IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.	01/01/2027
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Por meio da revisão pós-implementação da IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de “pagamentos exclusivamente de principal e juros” (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança). Em maio de 2024, a IASB emitiu novos requisitos na IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos e ao mercado crescente de ativos sustentáveis.	01/01/2026

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais, principalmente no que se refere ao OCPC 10 - crédito de carbono, a partir de 2026, e mudanças na classificação de itens na demonstração do resultado, em decorrência do CPC 3 em 2027.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa	3.512	4.721
Bancos	927	2.028
Aplicações financeiras (i)	311.454	406.266
Total (ii)	315.893	413.015

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos com as obrigações de investimentos em intangível assumidas no contrato da concessão.

(i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI foi de 99,3% em 31 de março de 2025 e à taxa média de 100,5% em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo, bem como, investimentos em intangível previstos para os próximos 12 meses.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/03/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	32.062	31.877
Aplicações vinculadas - Debêntures	26.792	14.255
Total	58.854	46.132
Circulante	23.413	20.210
Não circulante	35.441	25.922
	58.854	46.132

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

(a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga mensalmente, a partir de 15 de janeiro de 2025.

(b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

(a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente.

(b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI se manteve à taxa média de 95% em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31/03/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico a receber (*)	69.674	63.783
Receitas acessórias a receber	403	403
Total	70.077	64.186

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação (“OSA”).

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias e estando todo seu montante como a vencer.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	31/03/2025	31/12/2024
Uniformes e EPIs	1.980	2.107
Manutenção civil e hidráulica	2.074	1.668
Outros	1.465	1.486
Total	5.519	5.261

Em 31 de março de 2025, os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda diferido	39.044	45.599
Contribuição social diferida	14.057	16.415
Total	53.101	62.014
2025	31.555	44.025
Após 2026	21.546	17.989
Total	53.101	62.014

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	31/03/2025	31/12/2024
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	31.153	34.535
Provisão de fornecedores	18.356	17.318
Provisão para manutenção	188.761	201.472
Capitalização de juros	(72.713)	(73.483)
Provisão PLR	(10.371)	(3.212)
Base negativa	(5.417)	(644)
Outras	6.409	6.408
Base de cálculo total	156.178	182.394
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	53.101	62.014

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.606	(9.396)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(5.646)	3.195
Ajuste para alíquota efetiva		
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização e amortização de juros	(262)	(262)
Outras diferenças permanentes/temporárias	(3.006)	(858)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(8.914)	2.075
Impostos de renda e contribuição social corrente	-	(176)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(8.914)	2.251
	(8.914)	2.075
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	54%	22%

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	31/03/2025	31/12/2024
Ações cíveis	154	74
Ações Trabalhistas	161	363
Ações de desapropriação (a)	24.753	24.269
Total	25.068	24.706

(a) As ações judiciais são provenientes de seus investimentos em ampliação (SP 294: duplicação rodovia, construção de vias marginais e de pontes), edificação de postos de Serviços de Atendimento aos Usuários - “SAUs”, área de descanso para caminhoneiros e Posto Geral de Fiscalização - “PGFs”, onde após a decisão das ações judiciais será reconhecido como ativo intangível.

9. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Edifícios	Outros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Adições	298	351	1.103	-	87	62	256	194	2.351
Baixas	-	(10)	-	-	-	-	-	-	(10)
Saldo em 31 de março de 2025	2.684	41.385	7.566	100	718	63.652	8.208	1.926	126.239
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Adições	(86)	(940)	(137)	(3)	(17)	(957)	(87)	(46)	(2.273)
Baixas	-	7	-	-	-	-	-	-	7
Saldo em 31 de março de 2025	(610)	(8.942)	(4.189)	(9)	(159)	(31.792)	(303)	(1.015)	(47.019)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de março de 2025	2.074	32.443	3.377	91	559	31.860	7.905	911	79.220
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Adições	504	5.119	1.118	18	163	1.367	5.283	620	14.192
Baixas	(25)	(60)	-	(254)	-	(2.945)	-	(1)	(3.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Adições	(285)	(3.314)	(931)	(32)	(54)	(6.314)	(201)	(680)	(11.811)
Baixas	25	58	-	255	-	2.515	-	1	2.854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.862	33.035	2.411	94	489	32.755	7.736	763	79.145
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	

Em 31 de março de 2025, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis, são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há no primeiro trimestre de 2025 nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de março de 2025.

10. INTANGÍVEL

	intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Adições (b)	131.283	29.428	-	2.195	162.906
Baixas (d)	-	(21)	-	-	(21)
Transferências	(57.294)	57.294	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	498.398	2.368.378	1.136.335	9.538	4.012.649
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Adições	-	(35.750)	(9.469)	(92)	(45.311)
Baixas	-	21	-	-	21
Saldo em 31 de março de 2025	-	(409.352)	(183.073)	(703)	(593.128)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de março de 2025	498.398	1.959.026	953.262	8.835	3.419.521
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Adições (b)	387.425	129.724	-	2.009	519.158
Baixas (d)	-	(241)	-	-	(241)
Transferências	(365.119)	365.119	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Adições	-	(127.055)	(37.877)	(236)	(165.168)
Baixas	-	19	-	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	1.908.054	962.731	6.732	3.301.926
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(b) As principais adições do período estão representadas pela duplicação da SP 294, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, terceiras faixas, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiros, PGFs, parada de ônibus, equipamentos de tecnologia, entre outros.

(c) No primeiro trimestre de 2025 não houve capitalização de custos de empréstimos.

(d) Foram baixados (R$19), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis e (R$2) por perda do equipamento pela equipe de roçada. Em 2024, as baixas foram realizadas em função da venda de um caminhão (R$236) vide nota explicativa nº 18. Adicionalmente foram baixados (R$5), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis.

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

(ii) Vide nota explicativa nº 1.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais "IFRS Accounting Standards", os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há no terceiro trimestre de 2025 nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos intangíveis.

11. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2024	Adições e atualizações Contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/03/2025
Equipamentos operacionais	911	-	-	(27)	884
Instalações e edificações	2.082	1.682	-	(318)	3.446
Veículos (a)	11.595	8.892	(72)	(2.281)	18.134
Total	14.588	10.574	(72)	(2.626)	22.464

	Saldo em 31/12/2023	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos operacionais	1.243	158	-	(490)	911
Instalações e edificações	2.511	1.397	-	(1.826)	2.082
Veículos (a)	6.460	14.200	(2.462)	(6.603)	11.595
Total	10.214	15.755	(2.462)	(8.919)	14.588

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo que as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 10,16% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

(a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

12. FORNECEDORES

	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores - Obras (intangível)	66.280	62.765
Fornecedores - Imobilizado	352	537
Fornecedores - Serviços	28.797	25.990
Total	95.429	89.292

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Saldo em 31/03/2025
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.093.839	-	30.678	(21.630)	1.102.887
Total			1.093.839	-	30.678	(21.630)	1.102.887

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Saldo em 31/12/2024
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.042.094	-	108.039	(56.294)	1.093.839
Total			1.042.094	-	108.039	(56.294)	1.093.839

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	36.557	33.705
Não circulante	1.066.330	1.060.134

(a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R$1.300.000.

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos “A” e “B”, no montante total de R$950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R$1.100.000.

- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização se dará em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.

- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização se dará em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

(i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.

(ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.

(iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. Pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.

(iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.

(v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.

(vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.

(vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.

(viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de março de 2025, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado “completion” dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R$1.770.000, ambos valores na data-base 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (“completion” dos subcréditos A e B).

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2024 é:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2025
Partes relacionadas (ii)			700.408	-	15.985	-	716.393
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	426.235	-	14.003	-	440.238
Total			1.126.643	-	29.988	-	1.156.631

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2024
Partes relacionadas (ii)			637.825	-	62.583	-	700.408
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	405.797	-	41.617	(21.179)	426.235
Total			1.043.622	-	104.200	(21.179)	1.126.643

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	17.897	12.372
Não circulante	1.138.734	1.114.271

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

(ii) As debêntures não possuem “covenants” financeiro.

a) Debêntures com partes relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debêntures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R$490.702 (R$285.000 em janeiro e R$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre as debêntures.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	31/03/2025	31/12/2024
Ônus de fiscalização	1.953	1.750
Outorga variável	12.027	11.078
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	70.409	65.990
Reequilíbrio cautelar COVID (iii)	164.533	164.533
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	2.163	5.128
Total	251.085	248.479

(i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.

(ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de março de 2025, a Companhia já havia consumido o montante de R$245.871 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R$2.163.

(iii) A companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 3 de junho de 2024, a importância de R$164.533 referente a 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	31/03/2025	31/12/2024
Salários e honorários	1.833	747
Encargos sociais e previdenciários	3.075	3.159
Provisão de férias	10.342	10.403
Provisão de 13º	2.049	-
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	273	6.988
Total	17.572	21.297

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/03/2025	31/12/2024
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.487	3.441
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	1.570
Imposto sobre Serviços - ISS	4.507	5.244
Impostos federais terceiros	574	748
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	886	1.155
Imposto sobre Serviços - ISS terceiros	1.454	1.435
Total	10.908	13.593

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 31 de março de 2025 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

		31/03/2025	
Partes relacionadas (*)	Transação (**)	Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	51	-
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	162	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	18	-
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Reembolso de despesas	1	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	823
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	55	216
Saldo em 31/03/2025		405	1.039

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2024 Ativo circulante	31/12/2024 Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	48	1
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	757	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	18	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	820
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	65	216
Saldo em 31/12/2024		1.006	1.037

Partes relacionadas (*)	Resultado 31/03/2025	Resultado 31/12/2024
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	50	124
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	281	234
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	1	-
Pátria Infraestrutura V Master	-	18
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(3.089)	(12.330)
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	50	2.928
	(2.707)	(9.026)

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, “supply chain”, administração de pessoal, seguros, entre outras.

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 14 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2025 em até R$10.500, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No primeiro trimestre de 2025, foram pagos R$3.470 (R$9.299 em 31 de dezembro de 2024) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment Pte. Ltd. (“GIC Group”) - 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R$15.985.

Passivo de arrendamento

No passivo de arrendamento foi adicionado o contrato da EVM Evolution Mobility S.A., que tem por objeto locação de veículos elétricos, com 8 anos de duração. A contratada é parte relacionada e movimentou o montante de R$664, no primeiro trimestre de 2025.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	15.222	9.625
Adições e atualizações contratuais (a)	10.574	15.755
Baixas de contrato	(72)	(2.462)
Juros provisionados	982	1.577
Pagamento de juros	(982)	(1.577)
Pagamento de principal	(2.110)	(7.696)
Total	23.614	15.222
Circulante	6.813	5.856
Não circulante	16.801	9.366

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2026	5.181	3.133
2027	4.907	2.133
2028 em diante	12.841	7.283
Total	22.929	12.549
Ajuste a valor presente	(6.128)	(3.183)
Passivo de arrendamento	16.801	9.366

(a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

	Adoção inicial	Dez./2022	Dez./2023	Dez./2024	Mar./2025	Dez./2025	Dez./2026	Dez. 2027 em diante
IPCA						5,65%	4,50%	4,00%
Ativo de arrendamento (i)								
Balanço patrimonial	19.588	6.882	10.214	14.588	22.464	28.329	32.496	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	14.588	22.464	29.930	33.958	-
Passivo de arrendamento (ii)								
Balanço patrimonial	19.588	6.507	9.625	15.222	23.614	18.332	14.431	-
Fluxo com projeção	19.588	6.507	9.625	15.222	23.614	19.367	15.081	-
Despesas financeiras (ii)								
Balanço patrimonial		638	464	1.577	982	1.998	2.117	4.586
Fluxo com projeção		638	464	1.577	982	2.111	2.212	4.770
Despesas de depreciação (i)								
Balanço patrimonial		7.148	6.984	8.919	2.625	5.865	4.167	32.496
Fluxo com projeção		7.148	6.984	8.919	2.625	6.196	4.354	33.796

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de amortização.

(ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Consumo	Saldo em 31/03/2025
Provisão para manutenção (a)	200.356	12.727	(39.673)	173.410
AVP	1.116	14.235	-	15.351
	201.472	26.962	(39.673)	188.761

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2024
Provisão para manutenção (a)	241.445	120.574	(161.663)	200.356
AVP	(14.448)	15.564	-	1.116
	226.997	136.138	(161.663)	201.472

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	94.454	117.766
Não circulante	94.307	83.706

(a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico e acumulado da provisão constituída.

21. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível classificados como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	31/03/2025	31/12/2024
Provisão para riscos trabalhistas	1.874	2.458
Provisão para riscos cíveis (ii)	24.226	28.004
Total	26.100	30.462
Mapa movimentação		
Saldo inicial	30.462	14.882
Adições (i)	3.450	12.045
Baixas	(10.886)	(4.225)
Atualização monetária	3.074	7.760
Saldo final	26.100	30.462

(i) As adições ocorridas no primeiro trimestre de 2025 possuem natureza cível (R$3.107) tendo como principais motivos, objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R$343), em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável.

(ii) Importante destacar que a Companhia possui cobertura de seguros para tais contingências, e o processo de regulação está em andamento. O montante do reembolso estimado, referente à essas contingências, é de R$16.833. Caso haja uma eventual condenação, a Companhia poderá ser reembolsada, conforme o andamento e a resolução do processo de regulação dos seguros. O valor do reembolso dependerá da análise e aprovação das seguradoras, sendo este um fator relevante a ser considerado na gestão do risco. A Companhia continuará acompanhando de perto a evolução dos processos e as etapas da regulação dos seguros, garantindo que todas as ações necessárias sejam tomadas para o adequado cumprimento de suas obrigações, caso sejam necessárias.

b) Possível

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R$26.115 (R$24.532 em 31 de dezembro de 2024) e trabalhistas no montante de R$22.127 (R$21.336 em 31 de dezembro de 2024) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2025, o capital social subscrito é de R$1.400.000, sendo integralizado R$1.177.584 (R$969.857 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.177.584.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 3 de janeiro de 2025 foi aprovada a integralização de capital de R$207.727 mediante saldo da reserva de lucros acumulados até 30 de novembro de 2024.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	1.177.584.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de março de 2025 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2024 a constituição da reserva legal foi de R$2.073.

d) Reserva de retenção de lucros:

A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos previstos no contrato de concessão e financiar o capital de giro da Companhia. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de março de 2025 foi adicionada à reserva de retenção de lucros no montante de R$7.692. Em 31 de dezembro de 2024, a constituição realizada foi de R$38.993.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	31/03/2025	31/03/2024
Receita com arrecadação de pedágio (a)	255.385	247.676
Receitas com construção	86.321	85.230
Receita acessória (b)	1.007	1.282
Receita bruta	342.713	334.188
Deduções da receita	(22.362)	(21.416)
Receita líquida	320.351	312.772

(a) A partir de 4 de junho de 2024 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 3,69%.

(b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	31/03/2025	31/03/2024
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	256.392	248.958
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(7.771)	(7.469)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(1.684)	(1.618)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(12.907)	(12.329)
	(22.362)	(21.416)

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/03/2025	31/03/2024
Custo dos serviços prestados:		
Custo de obra	(86.321)	(85.230)
Provisão para manutenção (a)	(23.071)	(44.535)
Pessoal	(24.395)	(23.168)
Conservação e manutenção	(14.103)	(16.203)
Serviços de terceiros (b)	(11.966)	(10.884)
Seguros	(1.784)	(1.779)
Depreciações e amortizações	(48.454)	(45.500)
Poder concedente (c)	(21.970)	(21.174)
Locações de imóveis e máquinas	(651)	(321)
Outras despesas operacionais	(3.379)	(4.639)
Total	(236.094)	(253.433)

	31/03/2025	31/03/2024
Despesas administrativas:		
Provisão para riscos e despesas processuais	1.287	(2.581)
Pessoal	(4.606)	(5.137)
Conservação e manutenção	(367)	(332)
Serviços de terceiros	(4.662)	(4.734)
Depreciações e amortizações	(1.138)	(2.098)
Locações de imóveis e máquinas	(45)	(2)
Outras despesas operacionais	(519)	(764)
Total	(10.050)	(15.648)

(a) A Constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos Trabalhos Iniciais (Programa Intensivo Inicial - PII).

(b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

(c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa nº 15.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras:		
Provisão para manutenção - AVP	6	241
Receita de aplicações financeiras	12.493	14.897
Outros	230	83
Total	12.729	15.221
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(60.372)	(55.873)
Provisão para manutenção - AVP	(3.897)	(5.324)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(295)	(295)
Juros de arrendamento	(982)	(115)
Despesas bancárias	(5.006)	(5.199)
Atualização processos judiciais	954	(1.030)
Outras despesas financeiras	(872)	(726)
Total	(70.470)	(68.562)
Resultado financeiro líquido	(57.741)	(53.341)

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (norma internacional IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2025.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro básico/diluído por ação		
Lucro (prejuízo) líquido do período	7.692	(7.321)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.177.584	969.857
Lucro (prejuízo) básico	0,007	(0,008)
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de debêntures	70.751	65.965
Lucro (prejuízo) diluído	0,006	(0,007)

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2025, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	31/03/2025	31/12/2024
Dívida (i)	2.280.221	2.241.481
Caixa e equivalentes de caixa	(315.893)	(413.015)
Aplicações financeiras vinculadas	(58.854)	(46.132)
Dívida líquida	1.905.474	1.782.334
Patrimônio líquido (ii)	1.185.486	1.177.794
Índice de endividamento líquido	1,61	1,51

(i) A dívida é definida por empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação de R$16.342 para empréstimos e financiamentos e de R$4.361 para debêntures em 31 de março de 2025 e de R$16.545 para empréstimos e financiamentos e de R$4.454 para debêntures em 31 de dezembro de 2024), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2025, conforme quadro a seguir:

		31/03/2025	31/12/2024
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	315.893	413.015
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	58.854	46.132
Contas a receber	Custo amortizado	70.077	64.186
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	405	1.006
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	95.429	89.292
Empréstimos e financiamentos (iii e iv)	Custo amortizado	1.119.229	1.110.384
Debêntures (v)	Custo amortizado	444.551	430.640
Debêntures - partes relacionadas (vi)	Custo amortizado	716.441	700.457
Credor pela concessão	Custo amortizado	251.085	248.479
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.039	1.037

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

(i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

(ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

(iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. Os valores apresentados não consideram o saldo de custo de captação para cada uma das operações.

(iv) O saldo referente ao custo de captação é de R$16.342 em 31 de março de 2025 e de R$16.545 em 31 de dezembro de 2024.

(v) O saldo referente ao custo de captação é de R$4.313 em 31 de março de 2025 e de R$4.405 em 31 de dezembro de 2024.

(vi) O saldo referente ao custo de captação é de R$48 em 31 de março de 2025 e de R$49 em 31 de dezembro de 2024.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam "ratings" AAA, baseado nas avaliações das principais agências de "rating".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2025	2026	2027	2028 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	501.486	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	214.955	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	444.551	761.272	34.266	35.256	36.233	655.517
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.119.229	3.809.221	61.596	96.615	103.587	3.547.423
		2.280.221	9.997.691	95.862	131.871	139.820	9.630.138

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de março de 2025. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

				Desvalorização (R$)	
Operação	Risco	Saldo 31/03/2025	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	315.893	44.699	34.748	22.113
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	58.854	8.328	6.474	4.120

				Valorização (R$)	
Operação	Risco	Saldo 31/03/2025	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	444.551	25.117	31.119	35.564
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	1.119.229	63.236	78.346	89.538

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

		Valorização		Desvalorização	
Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	14,15%	18%	21%	11%	7%
IPCA (b)	5,65%	7%	8%	4%	3%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2025. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 21 de abril de 2025.

(b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2025. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 28 de março de 2025.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de março de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2025
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2025
Equipamentos	49.650	Até julho de 2025
Veículos - frota	98.988	Até julho de 2025
D&O	50.000	Até agosto de 2025
Risco de engenharia	948.515	Até junho de 2026
Seguro garantia	1.852.105	Até junho de 2025
Fiança locatícia	1.372	Até outubro de 2029
Seguro patrimonial	43.920	Até março de 2026
Garantia judicial	13.200	Até agosto de 2029

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2025, a Companhia deverá investir aproximadamente R$840 milhões de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão.

Os investimentos previstos para 2025 estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R$2,9 bilhões.

Assumimos contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO_2e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário. A Companhia contrata anualmente empresa especializada, denominada Organismo de Verificação, para realizar o inventário e quantificar as emissões de GEE, de acordo com as Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol, norma ABNT NBR ISO 14064-3:2007 e Contrato de Concessão. O relatório emitido pelo Organismo de Verificação referente ao período de 2020 a 2023 totaliza 10,4 mil toneladas de CO_2e. No ano de 2024 a estimativa de emissões é de 1,9 mil toneladas de CO_2e, totalizando neste período 12,3 mil toneladas de CO_2e. Em função deste levantamento a Companhia provisionou contabilmente R$261 para realizar a compra de créditos no ano de 2025.

A Companhia realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas e as compensações deverão ser executadas quinquenalmente (junho de 2025), consolidando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Notas explicativas	31/03/2025	31/12/2024
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamento técnico CPC 6 (R2)	11	10.574	15.755
Receita de construção	23	86.321	422.487
Custo de construção	24	(86.321)	(422.487)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	10 e 12	(3.515)	2.790
Depreciação usinas de asfalto (b)		(616)	(2.345)
Aquisição de imobilizado (a)	9	185	(468)

(a) Valores pagos/creditados no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período.

(b) Depreciação de máquinas e equipamentos das usinas de asfalto que produziram CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação no intangível.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 14 de maio de 2025, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.